



Uma nota acerca do uso do CAD Único como instrumento de inclusão produtiva no comércio exterior

Ana Beatriz Xavier

é Cientista Social, mestre em Sociologia pela UENF, professora da Fundação Cecierj, pesquisadora assistente no Observatório das Metrópoles Núcleo Norte Fluminense (OM/MF), com experiência na construção e análise de dados socioeconômicos



O recente Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em janeiro de 2025, vai abrir e disponibilizar o CadÚnico numa intenção estratégica clara do atual Governo Lula de focar, incentivar e provocar um processo de inclusão produtiva de jovens no comércio exterior brasileiro.

Cabe ressaltar que esses jovens do sexo masculino e feminino e que constam do CadÚnico são originários e fruto, na maioria das vezes, de um pesado e custoso esforço de investimento em capital humano feito e custeado pela sociedade brasileira desde o primeiro mandato do Presidente Lula, fazem mais de 20 anos. Ao longo dessas duas décadas, estes jovens estão sendo atendidos – tanto por programa recente como o Brasil Carinhoso, como, sobretudo, o Bolsa Família. Estes são implantados por meio de busca ativa e são acompanhados por anos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – com o propósito de reduzir a vulnerabilidade social extrema dessa população carente ao criar condições para que os jovens estudem, e aumentem o valor do seu capital humano. Para potencializar essa formação de capital, cumpre lembrar ainda que há mais medidas adotadas pelo Estado Brasileiro no sentido de criar e dar mais condições para que esses jovens potencializem ao máximo o seu capital humano, tanto pelo acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas nas Universidades e Institutos Federais e Estaduais, e sua permanência até a finalização dos estudos por meio de programas como o “Pé de Meia”.

Agora, de forma objetiva e focada, o atual Governo está a abrir o CadÚnico como instrumento de inclusão produtiva no comércio exterior para gerar oportunidades econômicas de emprego, renda e de empreendedorismo. Cabe observar que o investimento social feito pelo governo nesses jovens vai da mais tenra idade até a sua saída da faculdade – ou seja, quase, em média, duas décadas. Do ponto de vista empírico se pode dizer que cada beneficiário atravessou e vivenciou ao longo do tempo por um tipo de equação de Heckman que ao apresentarem maiores rendimentos pecuniários que seus pais, e mostrarem habilidades e competências de *hard* e *soft skills* que os permitam a entrar e se manter de forma perene no mercado de trabalho, justificam os dispêndios e os gastos públicos feitos pelo Estado ao longo dos anos.

Inclusive, se esses jovens vierem a se inserir nas firmas de exportação e/ou importação, ou em atividades de suporte ao comércio exterior como transporte, logística, câmbio e finanças, sabendo tomar decisão e serem *problem solvers*, que resultem em ganhos de produtividade ao nível de firmas e setores de atividades econômicas ligadas ao comércio exterior; então, os benefícios sociais para sociedade brasileira haverão de superar os custos dos investimentos feitos ao longo de, em média, duas décadas.



Nesse sentido, a abertura do CadÚnico como instrumento de inclusão produtiva no comércio exterior é condição necessária, mas não suficiente para assegurar inclusão e absorção no mercado de trabalho composto pelas empresas de exportação e importação brasileiras, e suas atividades de suporte. Afinal, no lado de bens, estamos falando de algo próximo a 28 mil empresas exportadoras, e de 55 mil empresas importadoras no ano de 2024. E, quanto ao número de empresas importadoras ou exportadoras de serviços, não se tem a mínima ideia da quantidade de empresas de serviços que operam de fato no comércio exterior brasileiro. O fato a observar que no tocante à quantidade de empresas brasileiras que é a base do comércio exterior brasileiro, essa é pequena em relação à totalidade de empresas

existentes nos arquivos do CNPJ da Receita Federal. Isso mostra o efeito *iceberg* do comércio exterior brasileiro que é: poucas empresas, com forte concentração de vendas e de compras externas de bens e serviços nas grandes firmas, visto que cerca de mil grupos empresariais respondem de forma estimada por cerca de 60% a 70% do valor do comércio exterior de bens e serviços do Brasil.

Com o objetivo de definir alvos para uma maior inclusão produtiva e expansão da corrente de comércio exterior brasileira é preciso ter evidências empíricas para formular e focar com maior precisão a política de comércio exterior brasileira de modo a que esta gere maior inclusão produtiva, encadeamentos para trás e para frente na estrutura da economia nacional, e, maior inserção internacional na cadeia global de valor com ganhos de comércio. Isso pode ser feito se houver decisão – por exemplo, no âmbito do Conselho de Ministros da Camex, no sentido de se criar chaves para que se possa dialogar entre as bases de dados já existentes no Governo Federal com vistas a propor e executar uma política pública eficaz, efetiva e eficiente em *prol* da inclusão produtiva de jovens e da expansão da corrente de comércio brasileira.

De fato, o ponto inicial é começar a identificar os beneficiários do CadÚnico – expostos no CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico¹. Além da identificação se pode produzir dados espaciais para identificar regiões geográficas onde estão mais localizados proporcionalmente os beneficiários que são atendidos pelo SUAS. A seguir, a chave mais importante a ser obtida é cruzar esses dados com os dados que constam na base do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)². Nessa base se poderá de um lado estabelecer uma descrição de dados acerca do processo de aquisição de capital humano pelo beneficiário do CadÚnico, seu desempenho educacional e de aquisição de habilidades segundo os critérios e provas anuais estabelecidas pelo Inep. Mas, o fundamental é conseguir estabelecer uma proxy obtida *a priori* da distribuição dos dados que reflete uma ponderação de *skills* associados ao desempenho em ciências matemáticas, biológicas ou humanas. Essa é a chave para eventualmente focar ações sobre pessoas concretas para serem alvos de ação de inclusão produtiva voltada para o comércio exterior.

Obtida essa chave se iniciaria um diálogo para se obter uma nova chave com os dados que constam do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho³ ou na Rais⁴. Nesse caso, obter o tipo de ocupação profissional observada na empresa seria importante para formatar ações de tomada de decisão sobre a proposição de programas de captação voltados às necessidades das empresas para inserir no comércio exterior os jovens oriundos do CadÚnico. Cumpre destacar que ao combinar os dados do CadÚnico, Inep e Rais – de responsabilidade do governo – se teria uma *proxy* dos *skills* e do nível de escolaridade da força de trabalho que poderia ser relacionada às exportações e às importações de bens e serviços das empresas. Isso poderia ser feito mediante a criação de uma “nova” chave que permitisse dialogar os dados anteriormente obtidos com a base das Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos⁵; ou no ComexStat.⁶



¹ Site: <https://dados.gov.br/dados/reuso/9>.

² Site: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>.

³ Site: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho>.

⁴ Site: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>.

⁵ Site: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>.

⁶ Site: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

Isso feito se poderia desenvolver tabulação de dados segundo tipologia acerca de setor, cadeia de valor, empresas, ou região aonde o bem é produzido e exportado ou importado. Desse modo, se teria a oportunidade de se ter uma *proxy* da qualificação e da intensidade do fator trabalho para compreender e relacionar essa variável, no Brasil, com as razões e os determinantes do comércio ao nível de empresas, setores e produtos.

Vale ainda ressaltar que se caso fosse possível abrir a estrutura e a composição da pauta de exportação e importação e de produção de bens por empresas – combinando esses dados até aqui obtidos como novas chaves dados disponíveis na Receita Federal, se poderia acoplar o esforço de potencializar ao máximo a educação para a inclusão produtiva no comércio exterior com uma política estratégica de promoção comercial e atração de investimentos externos focadas nas empresas – por setores ou cadeias produtivas – para acelerar e obter ganhos de comércio nesse “novo” mundo multipolar via: (a) incentivo à diversificação de produtos exportados em todos os municípios, e em todos os estados para serem expostos e comercializados ao máximo em todos os países; (b) incentivo à inserção de empresas ou setores nas atividades das cadeias globais de valor; e (c) incentivo à apresentação de bons projetos de exportação para serem financiados pelo sistema público ou pelo setor privado.

Em outras palavras, se estará mediante a combinação de educação para inclusão produtiva focada nas empresas de comércio exterior se incentivará a modificação das condições objetivas e concretas da infraestrutura da organização da produção e da tecnologia que produzirá efeitos na superestrutura econômica no chão de fábrica de cada empresa, no Brasil, que atua no comércio exterior. Esse processo naturalmente produzirá efeitos na forma de compreensão e de cognição dos jovens ao longo do seu processo de jornada de inserção e desenvolvimento pessoal e profissional em direção à uma maior inserção no mercado de trabalho com inclusão produtiva nas empresas de comércio exterior. Caso as sugestões aqui propostas vierem a ser implantadas se espera que o desenho de propostas de projetos de inclusão produtiva no comércio exterior dos beneficiários que constam do CadÚnico será efetiva, eficiente e eficaz.

EXPEDIENTE

Publicado pela Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

CNPJ: 42.580.266/0001-09

Endereço: Av. General Justo, 171, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Telefones: (21) 9 8111-1760 e (21) 2509-7000

Site: www.funcex.org.br

E-mail: publicacoes@funcex.org.br

A divulgação desse estudo somente é possível pelo apoio das seguintes empresas associadas à Funcex:

Instituidores: Afrinvest Global, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Itaú-Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Delos Global Resources LLC, IRB-Brasil Resseguros S.A., Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A., Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, Vale.

Mantenedores: 4intelligence, Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ApexBrasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Banco Bradesco S.A., Banco Central do Brasil, CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNI - Confederação Nacional da Indústria, FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Educacional Severino Sombra, Grupo Multiplica, HapVida Assistência Médica, HMPX, Huawei do Brasil Telecomunicações, SEBRAE.

É autorizada a transmissão do conteúdo disponibilizado neste informativo, sendo obrigatória a citação da fonte.